

Cotidiano, practicas trabalhistas e espaços de sociabilidade. Vila operaria da fazenda forestal: Fernandes Pinheiro. 1920-1948

Lucas Kosinski y Hélio Sochodolak

Estudios del ISHiR, 10, 2014, pp. 49-79. ISSN 2250-4397

Investigaciones Socio Históricas Regionales, Unidad Ejecutora en Red – CONICET

<http://revista.ishir-conicet.gov.ar/ojs/index.php/revistalSHIR>

Dossier

Cotidiano, practicas trabalhistas e espaços de sociabilidade. Vila operaria da fazenda forestal: Fernandes Pinheiro. 1920-1948¹

Lucas Kosinski (UNICENTRO, Brasil)

Hélio Sochodolak (UNICENTRO, Brasil)

Resumo

Este artigo tem por objetivo, identificar no processo de industrialização paranaense da primeira metade do século XX, a formação de uma estratégia utilizada pelos industriais, já perceptível na Inglaterra do século XIX e nos grandes centros urbanos brasileiros como São Paulo e Rio de Janeiro no começo do século XX: a criação de vilas operárias. Tal estratégia consistia em aproximar o trabalhador o máximo possível de seu trabalho, fixando-o nas proximidades de sua indústria, em um complexo que abrigava além das moradias outros espaços de sociabilidade como clubes, campos de futebol, armazém e igreja. Este domínio além de garantir a produção também contribuía para certa normatização do operariado, onde o papel da vigilância tornava-se indispensável. A fim de melhor compreender este processo, o presente artigo buscará problematizar primeiramente o processo de industrialização na Inglaterra que evidencia a criação desta estratégia, posteriormente o processo de industrialização nos grandes centros urbanos brasileiros e por fim o processo de industrialização no Paraná, onde identificamos o cotidiano, as práticas trabalhistas e os espaços de sociabilidade de uma Vila Operária localizada na região de Fernandes Pinheiro, a Vila Operária da Fazenda Florestal, fruto de uma industrialização que prezava a exploração da madeira durante os anos de 1920 até 1948.

Palavras chave: indústria madeireira; vila operária; fazenda florestal; Fernandes Pinheiro-PR

Resumen

Este artículo pretende identificar el proceso de industrialización en el Paraná-BR en la primera mitad del siglo XX, la formación de una estrategia utilizada por los empleadores, ya visible en el siglo XIX en Inglaterra y en los principales centros urbanos como São Paulo y Río de Janeiro a principios del siglo XX: la creación de pueblos de trabajadores. La estrategia utilizada por los empleadores era acercar a los trabajadores tanto como sea posible a sus trabajos, fijando sus 'casitas' muy cercanas a la industria, en un complejo que albergaba además otros espacios sociales como clubes, canchas de fútbol, almacenes e iglesia. Este dominio además de garantizar la producción, contribuyó, también, a una cierta regulación de la vida laboral, donde el papel de la vigilancia se hizo indispensable. Para entender mejor este proceso, este trabajo, en primer lugar, tratar de problematizar el proceso de industrialización en Inglaterra, destacando la creación de estrategias similares en aquella nación. Posteriormente se discute el

1. O presente artigo é resultado de uma pesquisa realizada por Lucas Kosinski vinculada ao Programa de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Centro-Oeste sob orientação do prof. Dr. Hélio Sochodolak coordenador do projeto Cotidiano e tragicidade: para uma história da violência em processos-criminais.

proceso de industrialización en los principales centros urbanos de Brasil y, por último, en el estado de Paraná-BR, donde investigamos las prácticas laborales y los espacios sociales de la villa de los trabajadores de Fernandes Pinheiro; pueblo de trabajadores agrícolas forestales, resultante de dicha industrialización, durante los años 1920-1948.

Palabras claves: industria forestal; pueblo de trabajadores; hacienda forestal; Fernandes Pinheiro, PR

Abstract

This paper identifies the process of industrialization in the Paraná-BR in the first half of the twentieth century, the formation of a strategy used by employers as visible in the nineteenth century in England and in major urban centers like São Paulo and Rio de Janeiro to early twentieth century: the creation of peoples of workers. The strategy used by employers to workers was to approach as much as possible, with their 'houses' very close to the industry, housed in a complex that also houses other social spaces such as clubs, soccer fields, stores and church. This domain also ensure production, also contributed to some regulation of working life, where the role of surveillance became indispensable. To better understand this process, this paper, first, try to problematize the process of industrialization in England, highlighting the creation of similar strategies in that nation. In sequence, discussed-is the process of industrialization in the major urban centers in Brazil and, finally, in the state of Paraná-BR, where we investigate laborer practices and social spaces of the town workers Fernandes Pinheiro; village forest farm workers, resulting from such industrialization during the years 1920-1948.

Keywords: forestall industry; forest farm; Fernandes Pinheiro, PR

Encontram-se, em certas cidades de província, alguns tipos dignos de um estudo sério, caracteres cheios de originalidade, existências tranquilas na superfície, e devastadas secretamente por tumultuosas paixões; porém as asperezas mais marcadas, as exaltações mais apaixonadas acabam por cessar ali, na constante monotonia dos costumes.

Honoré de Balzac (1834).

INTRODUÇÃO

1

Recentemente se atribuiu importância histórica para Casa Sede da Fazenda Florestal, tratava-se da casa principal de uma vila operária, que tinha como fundamento econômico a exploração da madeira localizada na região de Fernandes Pinheiro no Paraná. Em 1990 a Secretaria de Estado da Cultura do Paraná solicitou ao historiador da Coordenadoria do Patrimônio Cultural Dr. Marcello Polinari a elaboração de uma instrução em forma de texto sobre a sua importância histórica, para realização do tombamento do imóvel. O historiador da Coordenadoria do Patrimônio Cultural definiu a sua importância da seguinte forma:

(...) tornou-se evidente a proposta do tombamento por não se tratar apenas de mais um belo edifício em madeira com porão e três planos, mas sede de uma serraria com sua vila operária, armazém, operários imigrantes com suas profissões e folguedos. Além de ser uma bela mostra da arquitetura de madeira ela é o remanescente de um período em que o pinho teve grande importância na economia paranaense, sendo o edifício, a sede de um povoado localizado entre a mata e a serra vapor. (POLLINARI: 1990, p.1)

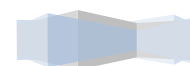
No presente artigo, buscaremos ultrapassar a ideia de que a importância histórica do imóvel e dos demais elementos interligados a ele estaria vinculada a memória econômica de uma época em que a exploração madeireira no Paraná atingiu o seu auge. Procuraremos problematizar o “monumento” inserindo-o no contexto mais amplo, das estruturas sociais brasileiras do século XX impulsionadas pelo advento das revoluções industriais do século XVIII e XIX, e nas práticas que buscavam exercer o controle do trabalhador e do seu trabalho. Daí a criação das vilas operárias, da qual tomamos como exemplo, o caso da Fazenda Florestal.

2. O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NA INGLATERRA

A fim de melhor situarmos o nosso estudo para compreendermos tais mudanças na ordem social brasileira, estabeleceremos como ponto de partida uma breve análise a respeito da Primeira Revolução Industrial que ocorreu na Inglaterra durante meados do século XVIII. Pois seria extremamente difícil abordarmos um tema relacionado à industrialização sem ao menos recorrermos aos seus começos. No contexto da Revolução Industrial que se formaram certas práticas, que podem ser entendidas enquanto estratégias a fim de aproximar o máximo possível o trabalhador de seu trabalho.

A Primeira Revolução Industrial pode ser compreendida enquanto um surto inaugural da economia industrializada, este surto se baseou principalmente em três fatores, o uso e a aplicação do ferro, do carvão e das máquinas a vapor. Fatores determinantes para a formação das primeiras fábricas, as quais a Inglaterra direcionou principalmente a exploração da lã e do algodão para produção de tecidos manufaturados. (SEVECENKO: 2007, p.8). O crescimento da indústria necessitava de mão de obra assalariada e para que isso ocorresse foi necessária uma transferência do trabalho do campo para o trabalho das cidades:

Os camponeses cultivadores diretos se tornaram assalariados, ou operários da indústria, e se transferem para onde existe disponibilidade de força motriz para os estabelecimentos industriais, isto é, nas proximidades dos cursos de água...Deste modo as cidades crescem mais rapidamente que o restante do país, porque acolhem seja o aumento natural da população, seja o fluxo migratório dos campos. (BENEVOLO: 2003, p. 551).



Para obter a resolução do problema, em Leeds, se fez necessário o trabalho de James. S. Caron entre 1896 e 1901, que fazia parte da vanguarda de informações sanitárias da época, o mesmo apresentou um relatório fotográfico ao Parlamento a fim de erradicar as moradias insalubres de Quarry Hill. O que convenceu os parlamentares de que era necessária uma readequação urbanística. Logo são tomadas medidas de reurbanização e estas se espalharam por toda a Europa. (MILANO: 2011, p. 7-12).

3. A FORMAÇÃO DAS VILAS OPERÁRIAS

O advento da industrialização contribuiu para que surgisse uma nova forma de cidade. Baseada em uma lógica burguesa, esta buscava estabelecer o lugar de cada grupo distinto na esfera social, partindo do pressuposto de que a ordem era necessária a fim de melhor constituir o espaço, longe da desorganização insalubre e de todos os problemas que esta poderia acarretar. Apareceram novas propostas de projetos para organizar os espaços destinados aos trabalhadores fabris. De acordo com Foucault na era Industrial:

Organizaram-se técnicas laterais ou marginais, para assegurar no mundo industrial, as funções de internamento, de reclusão, de fixação da classe operária (...). Foram tomadas então medidas como a criação de cidades operárias, caixas econômicas, caixas de assistência, etc. Meios pelas quais se tentou fixar a população operária, o proletariado em formação no corpo mesmo do aparelho de produção. (FOUCAULT: 2002, p. 113-114)

Esta prática de exercer o controle sobre a vida do trabalhador e aproximá-lo de seu trabalho, tornou-se comum e perceptível não apenas na Europa do século XIX e XX, mas sim posteriormente em outros países da América do Norte e da América do Sul como no Brasil.(MILANO: 2011, p 17) Sintetizada a sua formação, como resultado de uma modificação na estrutura econômica e social europeia impulsionada pelo advento industrial traçaremos agora uma segunda digressão, referente à situação social brasileira do final do século XIX e começo do século XX.

4. O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

Problematizaremos o advento da industrialização brasileira, e o quanto primeiramente os grandes estados do país dentro de suas especificidades absorveram, reproduziram e adaptaram certas práticas sociais oriundas da revolução industrial inglesa. Nossa problemática consistirá em compreender de que forma ocorreram as criações das vilas operárias nestes grandes centros urbanos, (São Paulo e Rio de Janeiro) posteriormente analisaremos a efetivação da indústria no estado do Paraná, para em fim discorrermos sobre a Vila Operária da Fazenda Florestal. Portanto faz-se necessária uma breve

contextualização deste período que compreende o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Desde a época imperial, até a Proclamação da República o Brasil se fundamentava economicamente enquanto um país agrícola, parcialmente desprovido de indústria. O que não impossibilitou o mesmo a se esforçar o máximo possível para fazer parte das exposições universais desde 1862, a fim de se situar próximo da modernidade e da tecnologia. Muito embora retirando a participação das manufaturas cafeeiras, que fundamentavam a economia imperial, o que costumava chamar a atenção eram as florestas, os índios, os escravos e as frutas. o que contribuía para forjar a imagem de um país tropical, embora um tanto longe de ser industrializado (SCHWARCZ: 2000, p.125)

De acordo com Schwarcz, a noção de indústria, baseada no dicionário de língua portuguesa de Antonio de Moraes Silva de 1813, era: “Arte, destreza, para granjear a vida, engenho, traça, em lavrar e fazer obras mecânicas” (SCHWARCZ: 2000, p.129). Percebe-se que a noção de indústria era bem diferente daquela que concebemos hoje, mais próxima da instrumentalização, que pressupõe uma ideia agrícola e mais distante do maquinário que pressupõe uma ideia inovação tecnológica. Porém aos poucos as coisas começam a se modificar, Nícia Vilela Luz afirma que no final do século XIX ocorrem:

Condições mais favoráveis ao desenvolvimento de uma política industrial (...) foi particularmente decisiva a crise da lavoura no último quartel do século XIX, principalmente a baixa dos preços do café no início da década de 1880. O Visconde de Paranaguá, comentando, em 1883 a situação econômica do país, considerava-a pouco próspera e atribuía o fato à baixa dos preços do café, a diminuição da safra do açúcar e do algodão e às oscilações de câmbio. (LUZ: 1978, p.58)

Considerando que as lavouras entravam em crise, e que o café estava em baixa surgiram argumentos apresentados pela Associação Industrial do Rio de Janeiro, em uma representação dirigida à Câmara dos deputados em 25 de Abril de 1882, demonstrando a preocupação com a vulnerabilidade do café, tomando como experiência o mesmo que havia acontecido com o ciclo econômico do açúcar, algodão e as pedras preciosas.

Em um primeiro momento, as elites que controlavam a lavoura, nunca se posicionaram contrárias à indústria, apenas preferiam que seu desenvolvimento fosse lento e que não prejudicasse o seu equilíbrio econômico, ao afetar principalmente a mão de obra e seu o capital. Na medida em que tendências intervencionistas vão se estabeleceram, esses grupos passaram a se posicionar favoravelmente apenas à indústria que visasse à exploração da matéria prima e não de manufaturas especializadas. Dentre 1880-1886, graças à insegurança econômica que a queda do café representava, bem como os seus baixos índices cambiais, estruturou-se certo

embate político entre tendências protecionistas e intervencionistas. (LUZ: 1978, p.60-66)

Fazia parte do discurso protecionista, severas críticas dirigidas ao comércio estrangeiro, defendendo a ideia que os proprietários de grandes capitais, apenas retirariam anualmente seus lucros e retornariam as suas pátrias, arruinando a situação industrial. O mesmo se dava em dimensão aos bancos ingleses, acusados pela Associação Comercial da Bahia, de que estes ao possuírem privilégios, nada investiam no Brasil, desinteressados pelo comércio, apenas investiam na especulação cambial (LUZ, 1978, p.60-66). O apego aos ideais protecionistas, ora nacionais, não se limitavam apenas aos grandes proprietários agrícolas, mas também às camadas populares:

As manifestações nacionalistas dirigiram-se principalmente, contra o comércio e não partiram apenas dos industriais. Eles eram secundados por um sentimento mais popular, cujo as origens podemos encontrar nos tempos coloniais, nos tradicionais conflitos entre brasileiros agricultores e comerciantes portugueses e que, mais uma vez despontava diante da tendência à monopolização dos negócios pelos estrangeiros. (LUZ: 1978, p.63-54)

Coube aos protecionistas à tarefa de defender seus ideais, contudo não convenceram os intervencionistas, que valendo-se de certas condições sociais, fundamentavam o seu discurso em outras bases. Os intervencionistas se apoiavam na fragilidade econômica cafeeira e na forte imigração interna e externa que o Rio de Janeiro recebeu desde o final do século XIX, pois tem-se “Em termos absoluto (...) que a população quase dobrou entre 1827 e 1890, passando de 226 mil a 522 mil. A cidade teve ainda de absorver uns 200 mil novos habitantes na última década do século. Só no ano de 1891 entraram 166 321 imigrantes, tendo saído para os estados 71. 264” (CARVALHO: 2002, p.16-17).

Interna por parte de ex-escravos, que após a abolição da escravatura e da queda do ciclo econômico cafeeiro, se dirigiram aos centros urbanos do Rio de Janeiro, e externa por parte da política imigratória estrangeira, adotada desde o final da época imperial, a fim de garantir o povoamento e substituir a mão de obra escrava. Ambas lançaram estes grupos no mercado de trabalho livre, logo o que houve foi um acréscimo de taxas de desempregados, (CARVALHO: 2002, p.16). Problema este que só teria resolução com a implantação de indústrias no país.

Este acréscimo populacional, não trouxe apenas enquanto consequência, o desemprego, mas também a escassez de moradias adequadas, o que possibilitava a criação de espaços insalubres, desorganizados e propícios ao crime, à prostituição e às epidemias. Muito próximos daqueles espaços que se constituíram na Inglaterra do século XVIII e XIX. Conforme José Murilo de Carvalho:

A “absoluta falta” de casas, especialmente para os pobres, foi salientada em 1892 pela Sociedade União dos Proprietários e

Arrendatários de Prédios, que atribuía à imigração. A Sociedade solicitava à inspetoria de Higiene que fosse mais cautelosa ao mandar fechar habitações, pelas consequências que a medida poderiam acarretar. Os velhos problemas de abastecimento de água, de saneamento e de higiene viram-se agravados de maneira dramática no início da República, com o mais violento surto de epidemias da história da cidade. (CARVALHO: 2002, p 18-19)

Depois de proclamada a jovem República Brasileira carecia urgentemente de uma reforma que fosse capaz de resolver os seus problemas sociais, problemas como o desemprego, a miséria, as epidemias, a desestruturação urbana, o atraso tecnológico industrial, a modernidade e o progresso imprescindíveis sem a efetivação da indústria. Não é de se estranhar que uma das primeiras medidas tomadas pelas políticas públicas, a fim de resolver a situação industrial brasileira após a proclamação republicana foi:

Uma completa abertura das economias aos capitais estrangeiros, sobretudo ingleses e americanos, a permissão para bancos privados emitirem a moeda, uma nova lei liberal das sociedades anônimas e a criação de um moderno mercado de ações, centrado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. A ideia era promover uma industrialização imediata e a modernização do país “a todo custo”. Os resultados foram dois um fluxo inédito de penetração de capitais ingleses e americanos no país, e a mais escandalosa fraude especulativa (...) chamada singelamente de “o Encilhamento”. (SEVECENKO: 2007, p15)

Logo o Brasil inundou-se de novos produtos industrializados. Tratava-se da fundamentação do discurso intervencionista, que como não poderia deixar de ser efetivou a indústria que não era brasileira, mas que era capaz de trazer o tão esperado progresso. A indústria que se instalou no Brasil no começo do século XX, foi capaz de resolver em partes o problema do desemprego. Pois a participação da mão de obra industrial coube apenas ao uma parte do grupo de imigrantes europeus e seus descendentes enquanto aos ex-escravos, foram literalmente lançados nas margens da sociedade.

Esta constatação torna-se evidente quando percebemos a reorganização espacial do Rio de Janeiro no início do século XX. Esta se efetivou graças a um plano político que visava à organização do caos que o Brasil se encontrava, ou seja, como forma de resolução do problema de desestruturação urbana. Fez parte deste plano:

Executar simultaneamente a modernização do porto, o saneamento da cidade e a reforma urbana. Um time de técnicos foi então nomeado pelo presidente Rodrigues Alves: o engenheiro Lauro Muller para a reforma do porto, o médico sanitaria Oswaldo Cruz para o saneamento e o engenheiro urbanista Pereira Passos que havia acompanhado a reforma urbana de Paris sob o barão Haussmann, para a reurbanização. Aos três foram dados poderes ilimitados para executar as suas tarefas, tornando-os imunes a quaisquer ações judiciais, o que criou uma situação de tripla ditadura no Rio de Janeiro. Como era de se prever os três se voltaram para os casarões da área central que

concentrava o grosso da população pobre porque eles cercavam o acesso ao porto, porque comprometiam a segurança sanitária, porque bloqueavam o livre influxo para a circulação numa cidade moderna. (SEVECENKO: 2007, p 22-23).

A alternativa que encontraram, foi à demolição destes casarões, sem nenhuma preocupação com os atingidos, na falta de possibilidades devido à nula atenção política. Os grupos que compunham a parcela pobre da população brasileira, compostos principalmente por ex-escravos se dirigiram às costas íngremes dos morros e lá passaram a habitar de acordo com as condições que lhe eram propostas, formando casas toscas, insalubres e frágeis, com os restos que sobravam das demolições de suas antigas moradias. Formavam-se a partir de então as favelas, bem distantes da área central, que agora cedia a uma nova configuração espacial. (SEVECENKO: 2007, p. 23) Era o triunfo da modernidade, ou seja, a legitimação de uma nova cidade, seguindo os moldes das cidades europeias. Tratava-se da consolidação da ordem burguesa, que buscava identificar e estabelecer os limites de cada indivíduo dentro da esfera social brasileira. Visto que o problema do atraso tecnológico e industrial estava sendo suprido.

5. AS REFORMAS URBANAS

Por um lado temos a formação das favelas nas costas íngremes dos morros, como apontado anteriormente. Por outro lado, temos a área central imersa em reformas urbanas, pois além de reorganizar era necessário um espaço que comportasse a “nova elite”. Em 1904 inaugura-se no Rio de Janeiro a Avenida Central, completa após um concurso de fachadas que seguindo os padrões europeus definiam novas tendências arquitetônicas. Combinando o alargamento das ruas e com o uso de sofisticados lampiões, arborização e também com uma população tão civilizada que deixava de se cumprimentar “a moda brasileira” preferindo o “*Vive Le France*”. (SEVECENKO: 2007 p. 26)

O momento que compreende esta importação de hábitos preferencialmente franceses no Brasil ficou caracterizado popularmente enquanto *Belle Époque*. Não tardou muito para que os ideais de ordem, perceptíveis no Rio de Janeiro se espalhassem por todo o país, e demais cidades passaram a repetir as ações cariocas, Recife, Salvador e Porto Alegre nas primeiras duas décadas do século XX. A regra era clara, havia a necessidade de livrar as cidades das epidemias trazidas pela desordem urbana e promover a homogeneidade das vizinhanças e a exclusão das casas populares dos grandes centros, que aos poucos servia de moradia para a elite local. (MARTINS: 2007, p.162).

Não foi apenas o espaço público que sofreu alterações, estes ideais de ordem são absorvidos também pelos espaços privados, que através de palacetes em estilos franceses, classicistas e em *art nouveau*, bem ajardinados, demonstram o repúdio da elite por tudo aquilo que contrariasse a ordem, a higiene e a

civilidade, tais ideais são perceptíveis até mesmo nos espaços internos das mansões que comportavam as elites republicanas:

As áreas sociais são repartidas em salões numerosos, com funções específicas, hall, recepção formal, estar (living), jogos, fumoir, música, escritório, gabinete etc.(...) Cada aspecto da vida privada das famílias devia se processar em seu espaço correto (...). Nos cômodos íntimos as separações prosseguiram mediante saletas íntimas (boudoirs), quartos para vestir e o uso do maior número possível de dormitórios (...). A marcante diferenciação dos espaços privados praticada pelas elites em suas próprias residências pode representar um protótipo das distinções sociais e da “ordem” que desejavam disseminar por toda a cidade. (MARTINS: 2007, p.177-178).

E não bastou apenas desejar, como também foi possível disseminar a ordem não apenas para a cidade, como também para os demais estados, dentre eles os mais jovens como era o caso do Paraná. Esse discurso que se estabeleceu pelas elites foi tomando proporções cada vez mais amplas até penetrar os segmentos do social, atingindo também as vilas operárias como veremos posteriormente na Fazenda Florestal. Contudo, a absorção desses ideais no que se refere ao Estado do Paraná será retomada mais adiante. No momento cabe-nos compreender que o processo de modernização brasileiro ocorreu em conformidade com o processo de industrialização, a busca de determinada ordem e a sua legitimação acontece através de uma importação de hábitos europeus.

6. A FORMAÇÃO DAS VILAS OPERÁRIAS

Em frente a este cenário de reorganização social, uma nova questão se colocou. Sabe-se que as reformas urbanas definiram um local para cada grupo, um espaço onde se prezava a ordem e a civilização para as elites, e um espaço um tanto longe da ordem e da “civilidade” para os antigos moradores dos cortiços, o mais longe o mais distante possível dos centros urbanos. Contudo cabe-nos indagar qual espaço, coube nesta nova configuração aos operários que ascenderam com a indústria vigente já nos primeiros anos da República.

Embora houvesse certa preocupação da iniciativa pública (não apenas no Rio de Janeiro, mas nos demais grandes centros urbanos, que se desenvolveram com a industrialização) em relação às condições de ordem das moradias operárias, a mesma confiou na iniciativa privada a construção de casas populares bem como vilas operárias. Haviam acordos vantajosos para os proprietários industriais que ganhavam a isenção de impostos e a garantia do controle e da dominação dos operários. (SANTOS: 2012, p. 6). Fica evidente o poder acumulado por parte dos industriais no que se refere ao seu respectivo operariado.

Basta tomarmos como exemplo São Paulo, nas proximidades da várzea do Rio Tietê em 1892, foram descobertas jazidas de areias que possibilitavam a

manufatura do vidro branco. Em 1895 Antonio Elias Prado e Elias Pacheco Jordão, construíram a empresa Pacheco e Jordão. Em 1901 Antonio Prado assumiu todas as partes da firma, que passou a se chamar Fábrica de Vidros Maria, nove anos depois foram edificadas vilas operárias nas proximidades desta indústria. (SANTOS: 2012, p. 9). Ou então a Vila Maria Zélia do proprietário Jorge Street, construída de 1911 a 1916, situada no bairro Belenzinho. Contava com cerca de 220 casas distribuídas de forma uniforme e higiênicas, os operários tinham acesso à luz elétrica farmácia, armazém, açougue, dentista etc. (SANTOS, 2012, p 9-10).

O mesmo aconteceu no Rio de Janeiro através da construção de diferentes vilas e bairros operários, tal qual a Vila Operária da Fiação de Tecidos Confiança Industrial, inaugurada em 1898 por Manoel Salgado e Francisco Tavares Barros, que além de manter o operariado nas proximidades da indústria conservou o modelo estrutural português na organização da Vila Operária. (STANCHI: 2008, p.108).

7. AS REFORMAS URBANAS E O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO PARANÁ

No estado do Paraná, pode-se constatar que as reformas urbanas aconteceram antes da industrialização. Diferindo-se de São Paulo e Rio de Janeiro, onde ambas caminharam juntas. Contudo simplificar todo este processo, enquanto resultante da influência das reformas urbanas dos grandes estados brasileiros, seria, desprezar certas particularidades que também contribuíram para a sua formação. Há de se convir que estas influenciaram decisivamente, mas também devem ser considerados outros elementos. De acordo com Fernanda Cruzetta, no que se refere ao Paraná ainda no regime imperial é perceptível na gestão de Taunay (1885) um grande esforço em promover o embelezamento da província de Curitiba. Na sua gestão foi transformado o Charco do Rio Belém em Passeio Público, houve um alargamento de ruas e certa arborização. (CRUZETTA: 2010, p.9-10).

A estrada de ferro que ligava São Paulo até a capital², também contribuiu para uma modificação urbana em Curitiba. Inaugurada em 1885, a estação de trem

2. Em 1889 o governo imperial deu permissão ao engenheiro João Teixeira Soares para construir uma ferrovia para ligar a província de São Paulo, partindo de Itararé à província do Rio Grande. Os objetivos do governo imperial e depois do republicano eram preencher os vazios territoriais e melhorar a comunicação entre os centros de produção e de consumo. A ferrovia deveria ligar as províncias de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul pelo interior de seus territórios. Com a proclamação da República a concessão foi mantida, mas o engenheiro Teixeira Soares a transferiu para a Compagnie Chemins de Fer Sud Ouest Brésiliens. Em 1891a concessão foi novamente transferida, dessa vez para a Companhia Industrial dos Estados Unidos do Brasil, com exceção do trecho entre Santa Maria e Cruz Alta no Rio Grande do Sul. Em 1893 a Companhia Industrial dos Estados do Brasil transferiu o contrato para a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, formada por um grupo de empresários belgas e franceses. O trecho Cruz Alta ao Rio Uruguai e o ramal Ijuí Grande no Rio Grande do Sul ficou sob concessão da Compagnie de Fer Sud-Ouest Brésiliens. O contrato firmado entre o Governo Federal e a Companhia São Paulo-Rio Grande, publicado através do decreto número 3.947 de 7 de março de 1901, dividia a linha principal em norte, a partir de

envolveu em sua construção diferentes arquitetos e engenheiros italianos, que instalaram em Curitiba seus escritórios, atuando na construção de casas em estilos europeus. A instalação da linha férrea atraiu muitos imigrantes. Desde 1885 até meados de 1910 há um acréscimo de imigração que a busca de melhores condições de vida, acarretou certos problemas estruturais, pois “Além da (...) falta de moradia, a população menos favorecida sofria com carestia, desemprego e notadamente com a insalubridade e com doenças como a coqueluche, o tifo, a varíola e a difteria”. (CRUZETTA: 2010, p.14). Não é de estranhar que as medidas tomadas pelo prefeito Candido Ferreira de Abreu (1913-1916) foi alargar ruas, ordenar os loteamentos, alargar praças, retificar rios. Criando espaços modernos e bem estruturados como o Palacete Leão Junior e o Belverde na Praça João Cândido (CRUZETTA: 2010, p.15).

Foi também na sua gestão que foi reestruturado o Passeio Público, seguindo as normas francesas dos parques de Bouvard. O projeto foi realizado pelos seus assistentes em seu escritório de São Paulo, quando terminado, foi noticiado com êxito pelo jornal *A República* em 30 de julho de 1913:

Em primeiro lugar, foi nos dado ver o projecto do Parque Municipal, que será construído no sítio que hoje jaz (é o termo próprio) o nosso Passeio Público augmentado da área com a sua bela coxilha de direito conhecida por chácara Nhá Laura. Este projecto sahio do abalisado escriptório do Sr. Bouvard em São Paulo, feito pelos competentes auxiliares do notável architeto de que se orgulha a França Moderna srs Rouh e Troy. É encantadoramente lindo. Arcendando a área do formoso parque futuro em que se transformará uma pista área automóveis, o vehiculo da moda que hoje deve ter entrada em todos os sítios elegantes da civilisação. (Acervo do Museu Paranaense – A.M.P)

Além da pista de automóveis, o parque recebeu pistas de patinação e uma ornamentação contando com lagos artificiais, rochedos e cercas em forma de troncos de árvores. Logo abaixo da notícia de reestruturação do Parque Municipal, há uma segunda notícia referente ao projeto do teatro municipal, O teatro Guaíra que também seguia as exigências arquitetônicas francesas, no estilo Luis XVI. É perceptível o esforço do estado em modernizar-se e civilizar-se. Seguindo como de fato os padrões europeus de civilização.

Enquanto os grandes centros urbanos aderiram às reformas como forma de resolução para os problemas sociais e a fim de definir o local de cada grupo na esfera social, já que se fazia necessário um local que comportasse a nova elite,

Ponta Grossa em direção ao Estado de São Paulo e em sul, entroncando-se com a via férrea da Compagnie Chémins de Fer Sud-Ouest Brésiliens. Em 1908 a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande foi transferida para a concessionária norte-americana Brasil Railway Company dirigida por Percival Farquhar. Neste período já estavam construídos 567 quilômetros da ferrovia entre Itararé e São João de Cima, atualmente Matos Costa em Santa Catarina. Quando a Brasil Railway Co. assumiu o contrato, faltavam 316 quilômetros a serem construídos em território contestado pelos estados do Paraná e Santa Catarina. A Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande Railway também ficou conhecida como ferrovia do Contestado. Sob a nova administração a ligação entre Itararé e Marcelino Ramos foi concluída em 1920. KROETZ, Lando Rogério. As estradas de ferro do Paraná 1880-1940. (TELEGINSKI, 2008.p.18).

portadora da indústria em ascensão. No Estado do Paraná as reformas embora também resultantes dos problemas sociais, não tiveram por finalidade a necessidade de realizar com tanta intensidade uma readequação espacial que garantisse o local de cada grupo social, pois até a metade da segunda década do século XX ainda não havia no Paraná potencias industriais. Logo não também não haviam muitas vilas operárias.

Até as primeiras décadas do século XX o Paraná se fundamentava economicamente enquanto um estado agrícola, a sua produção era baseada desde a metade do século XIX nos engenhos de erva-mate. O mate representava 31% do orçamento do Estado, e as pequenas manufaturas de massas alimentícias, fósforo, sabão e velas não eram capazes de trazer o progresso. (WACHOWICZ: 1978, p.209). Os engenhos ervateiros, é que representavam a economia paranaense no período de 1820 até por volta de 1930. De acordo com um levantamento realizado por Ricardo Costa de Oliveira, a elite curitibana de 1880 era composta pelos seguintes proprietários dos engenhos de erva-mate: Antônio Alves de Araújo, Antônio Rodrigues da Costa, Caetano José Munhoz, Francisco Borges de Macedo, Francisco Fasce Fontana, Guilherme Xavier de Miranda, Idelfonso Pereira Correia, Joaquim Alves de Araújo, João Carvalho de Oliveira, José Pinto Rebelo, J Ventura de Almeida Torres, Luiz Manuel Agner, Matias Taborda Ribas, Vitorio Correia e Zacarias de Paula Xavier. (FONTANA: 2001, p.9).

Destes 16 ervateiros, vamos problematizar o caso de Guilherme Xavier de Miranda, membro de uma família que conservou o poder em diferentes cenários econômicos. Desde 1880 Guilherme Xavier de Miranda tinha um engenho nas proximidades de sua residência entre as ruas Comendador Araújo e a Rua Brigadeiro Franco. Segundo os relatos da neta de Guilherme Xavier de Miranda, Sra. Odete Xavier de Miranda:

Então, o centro ali, bem central hoje, de Curitiba, tinha fábrica de erva. Saíam aquelas carroças imensas. Exportavam para o Uruguai, exportavam para toda parte. Aquelas barraquinhas assim, né, de madeira, cheias de erva mate. Aquelas carroças mesmas que saíam para levar a erva para Paranaguá, para exportação. O que fosse para consumo ficava aqui mesmo. (Apud. POLLINARI: 1990, p. 4)

Torna-se perceptível que este “instrumento de troca” rendia bons lucros, resultantes do comércio local e também através da exportação com países estrangeiros. Rendia tanto que o engenho do Sr. Guilherme Xavier de Miranda foi apontado como um dos maiores contribuintes de impostos de indústrias e profissões de 1908 e 1909. Rendendo aos cofres públicos durante este período o montante de 330.000 réis, conforme o jornal *A República* de 12 de Janeiro de 1910 (A.M.P). Portanto tratava de um comércio lucrativo. Porém outra forma que o Sr. Guilherme Xavier de Miranda encontrou para garantir seu poder econômico, foi através do grande estímulo para exportação madeireira, ofertado a partir da primeira guerra mundial (1914-1918). Assim como sugere Ruy Wachowicz:

Impossibilitada a importação do similar estrangeiro para o Brasil por causa do conflito bélico, houve intensa procura do pinho. Não só foi abastecido o mercado interno, como conquistado o de Buenos Aires, que rapidamente deu preferência à madeira do Paraná, devido as suas qualidades superiores. Multiplicaram-se as serrarias, de preferência ao longo da estrada de ferro, recém aberta, ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul” (WACHOWICZ: 1988, p.210).

Entre 1919 e 1921 a Revista *Album do Paraná* (Acervo Biblioteca Pública do Estado do Paraná - A.B.P.E.P.) registrou como sinônimo de progresso, mais de 40 serrarias, dentre elas podemos citar, a Serraria Marumby em Ponta Grossa, de propriedade do Sr. Eliseu de Campos Mello, Serraria Monte Líbano do Sr. Fellipe Abraham também em Ponta-Grossa, Serraria Santo Antonio, de propriedade do Sr Franco Sobrinho em Rebouças, Serraria Iraty de propriedade do Sr Emílio Baptista Gomes em Irati, Serraria Santa Helena do Sr, João Baptista Anciutti na região do Riozinho em Irati, Serraria Junqueira e Mello, em Marechal Mallet a Serraria Sommer do Sr. Franciso Sommer em Imbituva, Serraria Klas dos Irmãos Klas em Palmeira, entre outras.

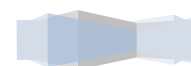
8. A VILA OPERÁRIA DA FAZENDA FLORESTAL

No ciclo econômico da madeira se efetivou o processo de industrialização no Paraná. Os que possuíam poder aquisitivo para investir na compra de maquinário inglês para exploração madeireira encontraram a possibilidade de exportá-la. Aproveitaram-se da estrada de ferro que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul e que penetrava nos sertões do estado, para a compra de grandes quantidades de terras próximas a pequenas colônias e cidades, que surgiam ou cresciam graças aos trilhos do trem.

É neste contexto que podemos inserir o caso de Guilherme Xavier de Miranda, que instalou uma serraria em Fernandes Pinheiro, distrito de Teixeira Soares³, na região que denominou Fazenda Florestal. A ausência documental não nos permite descobrir em que ano exatamente Guilherme Xavier de Miranda instalou sua serraria em Teixeira Soares. A escassa documentação deste período nos informa que a Serraria já existia em 1919. Conforme a *Revista Album do Paraná* de 1919 (A.M.P.) ao se referir sobre perceptível progresso trazido pela indústria madeireira para Teixeira Soares:

Plantada naquela solidão a nova parada de ferro-via não tardou que o arraial se fizesse povoado e depois villa, augumentando paulatinamente

3. A ocupação do território de Teixeira Soares foi realizada primeiramente pelos tropeiros, durante as primeiras décadas do século XVIII, região denominada enquanto Boa Vista. Boa Vista reconheceu certo progresso quando houve a instalação das linhas férreas que ligava São Paulo a Rio Grande do Sul, sendo a estação ferroviária inaugurada em 01 de maio de 1900. Passou a denominar-se enquanto Teixeira Soares em homenagem ao engenheiro Teixeira Soares que dirigiu a construção de trechos da estrada de própria estrada de ferro. O município de Teixeira Soares era distrito de Entre Rios, sendo desmembrado através da Lei Estadual nº1696 de 26 de março de 1917 e emancipado em 14 de julho do mesmo ano. (MARCHINSKI: 2005, p.18)



a par do desenvolvimento comercial da localidade. A villa recebeu o mesmo nome da estação estendendo-se ao município, quando da sua erecção por lei do Congresso do Estado. Contando tão poucos annos de existência não attingindo a 20, Teixeira Soares reúne elementos que ainda as outras localidades faltam, com heruaes extensos e pinheraes enormes, o Município de Teixeira Soares, oferece da sua fertilidade e de seu futuro industrial uma valiosa prova, o número de serrarias, 13 ao todo, pertencentes a Manoel de Macedo, Cunha Ferreira Guimarães, Mullinari & Gubbert, Gubbert Irmãos e Cia, Felipe Gubbert, Dr. Abraham Glasser, Manoel Ogero Dias, Francisco Lynikowski, João Shemim, Amadeu & Cia, Júlio Cunha & Cia, Leão Borges & Cia e Guilherme Xavier de Miranda. (Cf. Album do Paraná ED.1919: A.M.P.)

Aos poucos as serrarias tomaram conta do cenario econômico paranaense. Um dos primeiros problemas enfrentados por parte dos industriais era a ausência de vagões que pudessem transportar as madeiras até o Porto de Paranaguá, devido ao crescimento acelerado desta prática econômica. Isso acarretava prejuízos financeiros ao industrial, que muitas vezes sem exportar perdia parte da sua produção, e sem produção não havia retorno financeiro, estabelecendo-se uma crise (JORGE, MARTINS: 2007, p.234) Este problema também afetou a Serraria da Fazenda Florestal. Conforme o telegrama enviado pelo Sr. Guilherme Xavier de Miranda ao Centro de Indústrias Madeireiras do Paraná em 1918:

Possuidor da maior serraria neste Estado, vejo minha indústria sacrificada pela falta de transporte pela Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. Precisando anno passado cerca de oitocentos wagons (...) recebi apenas 189 wagons. (...) Fechamento meu estabelecimento importará além do meu prejuízo no de meus operários que serei forçado a dispensar e que representam cento e cincoenta famílias. (JORGE, MARTINS: 2007, p.234).

Embora haja uma ausência documental, pode-se constatar que em 1917 o Sr. Guilherme Xavier da Miranda já era proprietário de uma grande serraria, que um ano depois era considerada por ele mesmo enquanto a maior do Estado do Paraná, chegando a abrigar 150 famílias de operários. Segundo Ruy Wachowicz, quando as serrarias se esgotavam e passavam para outros lugares formava-se em torno da indústria “(...) um núcleo populacional característico, com dezenas de cadas para operários, mercado, farmácia, etc. Tudo pertencendo à Companhia exploradora”. (WACHOWICZ: 1988, 210-211). Embora não denominado por Wachowicz, eis um conceito para a Vila Operária, pois, embora houvesse diferença de vila para vila o que se percebe é que “tais diferenças não mudam a essência destes tipos de espaços, seja onde e como for à constituição destes, sua finalidade continuará sendo a de manter próximos os funcionários para facilitar o trabalho realizado na fábrica”. (BOIANO, SHÖRNER: 2011, p.6).

Assim como ocorreu no Rio de Janeiro e São Paulo nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, ocorre em Meados da

Segunda década do século XX no Paraná. O poder público confiou na iniciativa privada à função de ceder a moradia aos seus operários dando-lhes autonomia para exercer o controle sobre eles, para exercer o poder. Tal prática já estava estabelecida na Fazenda Florestal desde 1917, como pudemos constatar.

No Paraná Moderno das primeiras décadas do século XX não havia a serraria sem vila operária, e não havia vila operária sem a serraria. Em outras palavras a indústria paranaense era urbana, ela só era possível onde houvesse grandes reservas de madeira. Longe das grandes cidades, ela aflorava apenas nos interiores. Em maio de 1920 o *Jornal a República* (A.M.P.) noticiou na rede *A praça*, que Guilherme Xavier de Miranda e Alberico Xavier de Miranda seu filho:

(...) organizaram uma sociedade em commanda com sede em Fernandes Pinheiro neste Estado, tendo como sócio comandatario o primeiro assignado o segundo sob Razão Social de A. Miranda e Cia, para em sucessão da firma individual do sócio comandatário, nos negócios de exportação de madeira, explorar este ramo de comércio, tendo iniciado suas operações em 1º de abril do corrente anno Curityba 19 de maio de 1920. (Cf. *A República* ED.19/05/1920: A.M.P.)

Em 18 de setembro do mesmo ano foi noticiado o falecimento de Guilherme Xavier de Miranda, ficando a parte de seus negócios, que compreendia a exploração ervateira para sua viúva Maria Inezza Bitencourt de Miranda e a firma madeireira com seus 1200 alqueires de terra para seu filho Alberico Xavier de Miranda. Essa informação é condizente com a memória sua filha Odete Xavier de Miranda. “Foi vovô que deixou para papai ... foi meu avô que deu esse terreno para ele e fez pagar. Era herança do meu avô, do pai dele ... Então foi herança do vovô que ele foi para lá (...). Quando chegou lá só tinha uma casinha de tábuas que não dava nem para morar direito.” (*Apud*. POLLINARI: 1990, p. 4).

9. COTIDIANO DA ELITE: ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE NA CASA SEDE DA FAZENDA FLORESTAL

Foi em 1920 após herdar de seu pai Guilherme Xavier de Miranda que Alberico transferiu-se para o Florestal, conforme relatou Odete “Quando mamãe foi morar lá, com os primeiros filhos deles ainda pequeninos, é que ele resolver fazer esta casa. Foi um exagero fazer esta casa lá no meio do mato e foi papai quem fez” (*apud*. POLLINARI: 1990, p. 8). Trata-se de uma construção notável a qual buscaremos abordar didaticamente em três partes. A primeira dela faz referência ao ponto de vista artístico do imóvel e que pressupõe a formação de seu estilo, a segunda fará referência ao ponto de vista arquitetônico, daí deriva a sua construção, a terceira por fim será do ponto de vista social, entendendo a casa enquanto um espaço de sociabilidade e também de controle.

A Casa que o Sr. Alberico construiu caracteriza-se pelo estilo Colonial Revival Americano ou Neo Georgiano, popular na América do Norte, e especificamente em Chicago da última década do século XIX. O estilo se caracteriza por um

volume retangular de dois andares, com um telhado de duas ou quatro águas, as janelas são sobrepostas de forma complementar, seguindo uma simetria, decorada com ornamentos geralmente de ordem clássica. (29-30) Este estilo é uma adaptação estilística norte-americana do neoclássico georgiano, que nada mais foi que o estilo neoclássico francês, em moldes ingleses, predominante na Inglaterra do final do século XVIII e começo do século XIX. O estilo recebeu esse nome porque no momento em que vigorou, reinou o Rei George I ao George Willian IV entre 1714-1830 (BRYSON: 2010, p.315).

Pode se supor que não houve apenas um neoclássico, mas vários, exatamente pelo fato de que um estilo se diferencia de acordo com o local e época em que ele se desenvolve. Porém uma das principais características deste estilo é a associação ao paladianismo caracterizado pelas obras de Palladio um pedreiro italiano nascido na época do cinquecento renascentista, por volta de 1509. Ao encontrar-se com um aristocrata chamado Giangiorgio Trissino que contribuiu muito para sua formação artística Palladio passou apenas a projetar edifícios. (BRYSON: 2010, p.315) Segundo Bryson:

Palladio seguindo os preceitos de Vitruvius julgava que todos os aposentos deveriam ter uma das sete formas elementares- círculo, quadrado, ou cinco tipos de retângulos e que os aposentos deveriam se sempre construídos em proporções específicas (...). Palladio também cometeu um erro fundamental: colocava um pórtico com colunas em todas as vilas que construía, sem saber que esse tipo de frente só se encontrava apenas nos templos romanos nunca nas residências. (BRYSON: 2010, p.315)

O Estilo de Palladio que buscava suas bases nas aspirações de Vitruvius, embora fosse gestado no século XVI, serviu como um dos elementos estilísticos fundamentais na Europa do século XVIII e XIX sendo este um dos estilos mais copiados desta época. O que demonstra mesmo sendo um axioma para o mundo da arte que nenhum estilo está reduzido e limitado a um determinado período, mas pode ser gestado em épocas anteriores e estar em confronto com estilos diferentes em uma mesma época. O palladianismo ficou associado ao neoclassicismo francês, devido à necessidade de se fazer necessária uma recuperação do estilo grego e romano da antiguidade clássica, assim como seus ideais de liberdade e igualdade características da Democracia Grega, pois conforme Gombrich:

A vitória deste estilo foi assegurada depois da Revolução Francesa. A antiga e despreocupada tradição de construtores e decoradores barrocos e rococós foi identificada com um passado que acabara de ser varrido: fora dos estilos dos palácios e da realeza e da aristocracia, ao passo que os homens da Revolução gostavam de se considerar cidadãos livres de uma Atenas ressurgida. (GOMBRICH: 1989, p.480.)

Pressupondo ideias de liberdade, igualdade e fraternidade, o neoclássico foi bem aceito pelos franceses, e logo também pelos ingleses. O Neoclassicismo Inglês ou georgiano, assim como francês, adotou muitos elementos do estilo de Palladio como os comprometimentos com padrões da Antiguidade Clássica

caracterizado pelo uso de colunas sejam elas de ordem jônica, coríntia ou dórica, pórticos frente à entrada das casas além do equilíbrio que se sugere com atribuição de formas simétricas regulares da construção do imóvel, porém:

Como o período Georgiano foi longo (1714-1830), surgiram refinamentos e elaborações arquitetônicas, que ou desapareceram ou tiveram vida independente. Assim, às vezes é impossível distinguir perfeitamente neoclássico, regência, revival, italiano, revival grego (...). O que todos esses estilos tinham em comum era o apego aos ideais clássicos. (BRYSON: 2010, p.315).

Com toda essa adaptação da construção arquitetônica e artística que em suas raízes eram baseadas em um plano ideológico que tendia a um enaltecimento da polis grega, este estilo tornou-se popular e influenciável na Europa e também na América, Gombrich nos sugere que:

Essa concepção de arquitetura com uma ampliação de regras simples e rigorosas estava fadada a atrair os paladinos da Razão, cujo poder e influência continuavam crescendo em todo o mundo (...) não surpreende que um homem tal como Thomas Jefferson (1743-1826) um dos fundadores dos Estados Unidos da América e seu terceiro presidente, projetasse a sua própria residência, Monticello, nesse lúcido estilo neoclássico. (GOMBRICH: 1989, p.478)

Graças a esta influência estilística é que temos na América do Norte, além de um apego ao Neoclássico Francês, uma adaptação do Neoclássico Inglês (Georgiano) esta adaptação estilística ficou conhecida enquanto Neo-Georgiana ou Colonial Revival Americana. A casa construída por Alberico enquadra-se nesta adaptação. Em sua arquitetura há nove janelas distribuídas no frontispício do edifício, além do apego aos ideais clássicos perceptíveis através da simetria, do uso das colunas de ordem jônicas, e do grande pórtico da entrada principal. (MEZZADRI: 2012, p.8). Portanto no que se refere ao seu estilo artístico, a casa possui uma influência norte-americana que é fruto de uma adaptação estilística europeia.

Feita uma breve análise referente ao estilo artístico da casa, vamos nos dirigir para a sua construção, o ponto de vista arquitetônico. A ausência documental não nos permite compreender quem fez o projeto arquitetônico da casa, se é que ele existiu, contudo quem o executou foram os imigrantes alemães da colônia Gonçalves Junior (ORREDA: 2008, p.15). O sistema de construção para os 400 m² do imóvel foi o Ballon Frame, que consiste em utilizar:

(...) madeira cortada em medidas padronizadas. As tábuas têm uma polegada e montantes, vigas e caibros têm duas polegadas de espessura por quatro, seis e oito polegadas de largura; eventualmente as peças podem ser empregadas aos pares. A união das peças sobrepostas é feita com pregos e não com encaixes. Como a bitola das peças é previamente conhecida, um cálculo simples permite a compra da quantia exata de madeira para cada tarefa. (MEZZADRI: 2012, p.8).

Elaborado por Augustine D. Taylor que o utilizou por primeira vez em 1833 na construção da igreja de Santa Maria em Chicago, o Ballon Frame unia a

versatilidade e a praticidade. Devido ao seu sistema de emprego das peças uniformes, esta forma de se construir tornou-se popular. Por volta de 1900 nos Estados Unidos, as casas eram vendidas de forma pré-cortadas, o comprador apenas deveria bater os pregos e com facilidade estava tudo pronto. No Brasil, o emprego deste sistema é perceptível primeiramente em alguns imóveis da Serraria Lumber, de propriedade do industrial norte americano Percival Farquar. A Lumber iniciou suas atividades em 22 de novembro de 1911 na região de Santa Catarina. (MEZZADRI: 2012, p.8-11).

Não tardou muito para que o Ballon Frame também se popularizasse no Paraná. Em 1912 temos o seu emprego na construção da Casa da Família Goom, em Curitiba, e em 1920 tem-se o emprego na Casa Sede da Fazenda Florestal (MEZZADRI: 2012, p.11-14). O Sr Alberico Xavier de Miranda apresentou a sua moradia enquanto exemplo de requinte e civilidade, unindo para sua construção, rapidez e praticidade que somente o Ballon Frame poderia oferecer, já que a madeira, enquanto matéria prima não era o problema, mas sim a solução.

Ao confrontarmos as análises do ponto de vista artístico com o ponto de vista arquitetônico. Pode-se sugerir que o desejo de Alberico Xavier de Miranda ao construir a casa era sem dúvidas, se diferenciar pelo belo estilo que o imóvel representava presente nas revistas americanas, de uma época bastante propícia à valorização da bela arquitetura, momento em que o Brasil modernizava-se. Neste processo há uma importação de hábitos estrangeiros, e, sobretudo um esforço elite brasileira, especificamente a paranaense em se comparar com a elite europeia:

No entanto, essa profusão estilística apresentava uma solução simbólica paradoxal, pois diferentemente da burguesia européia, que se voltava para o passado buscando uma legitimação mediante a identificação com a cultura aristocrática tradicional e um repúdio à aceleração das mudanças da paisagem introduzidas pela industrialização, aqui a citação do passado funcionou como duplo elogio da modernização e da sofisticação, corroborando o esforço da autopromoção, prestígio e ostentação dos indivíduos desenraizados e obcecados em manter a sua opulência (SHAPOCHINICK: 2007, p. 494).

A ordem se fazia perceptível não apenas no estilo artístico e no exterior da casa, mas também no interior, como já apontado anteriormente, pois como característica de uma casa da elite paranaense do século XX, assim como todas as casas ela também seguia uma lógica:

Ao percorrer o interior de uma casa podemos acompanhar o enraizamento pessoal, material e afetivo que singulariza cada residência como um microcosmo familiar. A maneira de organizar o espaço disponível que se revela pelo jogo das exclusões e preferências, pelo visível e pelo não visível, pela harmonia e pelas discordâncias, e a distribuição das diferentes funções diárias (refeições, toailete, recepção, conversação, estudo, lazer e repouso) compõe um relato de vida e um teatro de operações no qual se entrecruzam objetos, pessoas, palavras e ideias. (SHAPOCHINICK: 2007, p. 494).

Ao analisarmos os relatos da Sra. Odete Xavier de Miranda e Maria Xavier de Miranda ao referir-se ao interior da casa que moraram quando eram jovens observa-se claramente certa organização espacial. “Tinha-se a impressão que era uma casa de centro de cidade, Era justamente para não passar muita intempérie”. Tinha três andares, imagine, tinha o andar térreo, tinha o escritório. Tinha a sala de jogos, a de bordados. Todas em imbuia inteirinhas. Dentro haviam desenhos muito bonitos e duas portas laterais que davam para um terraço do lado onde ficávamos sentadas.” (Odete) (*apud.* POLLINARI: 1990, p. 10). Percebe-se a distribuição de áreas de convivência privativa das mulheres e dos homens. O espaço masculino de encontro dos homens, era o escritório e o salão de jogos, onde poderiam tratar de negócios, receber pessoas, celebrar convênios e intimidades, assim como para as mulheres havia a sala de bordados, que era o espaço de compartilhamento de comunicação, informação e de amizade. (SHAPOCHINICK: 2007, p. 506).

Havia também no primeiro andar, atrás do escritório, da sala de jogos e de bordados uma cozinha, que dava para o porão “Ainda tinha isso. Era uma casa enorme. Lá atrás na cozinha havia uma escadinha que ia para o subsolo, nele havia pequenas janelas para dentro, mas bem acabado. Lá eles faziam manteiga e queijo” (*Apud.* POLLINARI: 1990, p. 10). Tratava-se este de um espaço de sociabilidade global, tanto masculino quanto feminino, assim como a sala de estar e de jantar, que geralmente simbolizava um espaço de comunhão e de coesão e também de respeito de hierarquias (SHAPOCHINICK, 2007, p. 494). Segundo a Sra Odete e a Sra Maria, no interior da casa, aconteciam desfiles carnavalescos, serenatas e até mesmo pequenos concertos de violinos e bandolins. (POLLINARI: 1990, p.9)

Continuam com o relato “Depois tinha outro andar, que tinha os quartos e o banheiro e mais um terceiro andar que tinha vários quartos para hóspedes, para empregada, tudo em cima. Cinco quartos em cima mais o banheiro.” (Odete e Maria) (*apud.* POLLINARI: 1990, p. 10). No que se refere aos quartos, nesse padrão habitacional eram considerados templos de da privacidade, distinguindo-se de locais onde havia um amontoamento de corpos, como hospitais, prisões e cemitérios, havia um apego pelo individualismo que eram incorporados pelas soluções arquitetônicas que prezavam a higiene o conforto e a intimidade, favorecendo a subjetividade e caracterizando-se enquanto um espaço de autonomia e de solidão (SHAPOCHINICK: 2007, p. 507-509). Justamente por caracterizar-se enquanto espaços de individualidade é que estes se encontravam no segundo e no terceiro andar. Sendo o segundo apenas para os membros da família, o terceiro apenas para os empregados. Ambos com acesso a dois banheiros com banheiras de água quente. Ambos também afastados dos espaços de sociabilidade masculinos e femininos ou globais que se encontravam no primeiro andar da casa.

O Jardim por sua vez também era um espaço de sociabilidade global, masculino, feminino e infantil. “No jardim, os tios e mais a moçada se reunia lá; e como esse da foto, que é um grupo de família, assim: os tios, os primos, no fim do ano era como se fosse uma estação de águas. Se reuniam. Tinha umas trinta ou quarenta pessoas juntas” (Odete). (*Apud.* POLLINARI: 1990, p. 9). A ornamentação também era característica da ordem e da opulência dos ocupantes. Seguiam uma simetria em relação ao imóvel e eram compostos pelo “caramanchão, gruta e cercas de concreto imitando troncos de árvores - tais colunas foram executadas pelos mesmos artesãos que fizeram obras semelhantes no Passeio Público de Curitiba em 1915” (MEZADRINI: 2002, p.14). “Depois um italiano, eu não sei bem o nome dele, Giocco, Giotto, que fez aqui o mesmo que fez no Passeio Público, no mesmo estilo em pedra, essas cerquinha aqui, uma gruta (...) tinha o caramanchão, tinha as escadinhas” (Maria). (*Apud.* POLLINARI: 1990, p. 9).

A imitação do estilo naturalista dos jardins é mais uma evidência de como os ideais estabelecidos pela esfera pública, foram absorvidos pela esfera privada, assim como o esforço em demonstrar os ideais de ordem e higiene que logo pressupunham a civilidade, e afastavam-se de todos os problemas acarretados pelo caos da insalubridade e da desordem, tão perceptíveis não apenas nos grandes centros urbanos, mas também no próprio Paraná do começo do século XX.

Entretanto, além da análise artística, arquitetônica e social, que podemos estabelecer quando tratamos do caso da casa, há outra característica que podemos inferir do imóvel, trata-se do “panóptismo”. Para Foucault o panóptico é:

Um dos traços mais característicos de nossa sociedade. É uma forma de poder que exerce sobre os indivíduos em forma de vigilância individual e contínua, em forma de controle de punição e recompensa e em forma de correção, isto é de formação e transformação de indivíduo em função de certas normas. Este tríplice aspecto do panoptismo-vigilância, controle e correção - parece ser uma dimensão fundamental e característica das relações de poder que existem em nossa sociedade. (FOUCAULT: 2002, p.103).

Talvez o motivo pelo qual fosse um exagero construir a casa no meio do mato, é porque através de sua construção de frente à vila operária é que se tornava possível atuar na vigilância diária e individual de cada operário. Esta vigilância tinha como principal objetivo não excluir os operários, mas sim fixá-los à indústria, enquanto um meio de produção de forma a garantir a sua produção, a sua normatização ou quando necessário a sua correção. (FOUCAULT: 2002, p. 114). E, além disso, a casa enquanto sede da vila operária, sede de uma instituição industrial, tinha como característica curiosa encarregar-se de toda a dimensão temporal da vida dos operários.

10. COTIDIANO OPERÁRIO: PRÁTICAS TRABALHISTAS E ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE NA VILA OPERÁRIA DA FAZENDA FLORESTAL

“Eles tinham uma vida cômoda!” (Maria Miranda de Lacerda *apud*. POLLINARI: 1990, p. 7)

Em 1924 foi lavrado um novo alvará em favor de A. Miranda & Cia. (Cf. A República ED.16/09/29: A.M.P.) Contudo a ausência de documentos dessa época não nos permite descobrir quais eram as relações de trabalho e demais práticas culturais que permeavam a Vila Operária da Fazenda Florestal. Devido a esta ausência documental que permanece até a década de 40 é que nos dirigimos para um procedimento de pesquisa da historiografia, cada vez mais utilizado pelos historiadores, trata-se da fonte oral. Este procedimento ainda permanece tímido devido a grande importância que a história, sempre atribuiu aos documentos escritos. Nessa perspectiva vale ressaltar as contribuições de Michael Pollak que ao trabalhar com as memórias do nazismo na sua pesquisa na década de 1950, apresentou novas características a este tipo de fonte:

As contribuições de Pollak possibilitaram a aceitação da importância dos testemunhos diretos, ao reconhecer que a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade podem ser vistas a partir de um novo enfoque, não mais como desqualificação, se não como uma fonte adicional para a pesquisa. (CARDOSO, VAINFAS: 2012, p.31)

Portanto ao atribuir esta característica à história oral, nossa problemática consistirá em utilizar os depoimentos concedidos pelos entrevistados de forma a preencher as lacunas deixadas pelas fontes escritas, o que também caracteriza a história oral enquanto um possível método a ser empregado na pesquisa. (FERREIRA: 2002, p.327-328). Descompromissada com a verdade, esta pesquisa consistirá ao escrever uma “versão da história” baseada nos depoimentos privilegiando as subjetividades, ou seja, as experiências de vida dos entrevistados de acordo com aquilo que eles viveram, lembraram e esqueceram, os elementos que estes deram ênfase e o que eles deixaram silenciar.

Vale ressaltar que já realizamos o emprego desta fonte anteriormente, através dos relatos das filhas do Sr. Alberico Xavier de Miranda, contudo estes relatos já se encontravam escritos, ou seja, já havia sido problematizados e transcritos pelo historiador Marcello Pollinari em 1990. Realizamos o emprego dessa entrevista novamente nesta etapa da pesquisa. Nossas entrevistas foram realizadas no ano de 2013, com o único operário ainda em vida, que trabalhou na Fazenda Florestal de 1935 até 1949 quando a Fazenda foi comprada pelo Estado do Paraná: Leônidas Zittel.⁴ A outra entrevista foi realizada com um

4. Entrevistas concedidas por Leônidas Zittel (83 anos), em sua residência em, a Lucas Kosinski em 05 de Setembro de 2013 e 13 de Setembro de 2013, Irati-PR. (disponíveis no Museu Municipal de Irati-PR). Nascido em Teixeira Soares em 25/07/1930, Zittel atuou como torneiro mecânico na indústria madeireira, filho de Carlos Zittel Sobrinho que atuou na Fazenda Florestal como classificador e Emília Otto Zittel, que atuou como pensionária. A família Zittel se mudou para a Fazenda Florestal no começo da década de 1930.

membro da família Xavier de Miranda o Sr. Guilherme Xavier de Miranda⁵, sobrinho de Alberico Xavier de Miranda. Nascido na Fazenda Florestal em 03 de janeiro de 1934, Guilherme Xavier de Miranda permaneceu lá até 1948. Antes de abordarmos as relações trabalhistas, vale apresentar, como se organizava a Vila Operária da Fazenda Florestal:

Era uma pequena cidade, então a serraria era uma vilazinha, tudo organizado. No armazém tinha desde fumo, até botinhas e calças. Sábado era reservado para os homens que trabalhavam no mato, Então esses vinham no sábado, todos no armazém. Levavam uma latas de banha, deste tamanho, levavam bacon, açúcar, até charque. Eu cansei de ver mulher de um operário, que não era de primeira linha, sair com um saco de 30 kg de trigo para fazer pão em casa. (Odete). (Apud. POLLINARI: 1990, p. 7)

Fica evidente que os operários tinham acesso ao armazém local, este armazém pertencia ao Sr. Alberico Xavier de Miranda e além da variedade de produtos que ele oferecia, contava também com padaria e açougue, conforme nos relatou Leônidas Zittel. “Ele vendia para os empregados dele. A pessoa de fora que fossem comprava também, ele buscava troço em São Paulo em toda parte e trazia ali para vender. O pessoal de Irati ia comprar lá.” (ZITTEL: 2013). Quem atendia o armazém era a Sra. Francisca Santos Miranda, mulher de Gilberto Xavier de Miranda cunhada do Sr. Alberico. “la das 08h00 horas até às 20:00 horas” (MIRANDA: 2013).

Além da mercadoria vinda de São Paulo e Curitiba, o abastecimento se dava por outro instrumento de troca o mascate “Aquele tempo tinha os mascastes, eram os vendedores, lá em Irati tinha o Sr. Duda, que iam de carroça para o Florestal, vender laranja, banana, fruta” (Guilherme). A participação dos mascates além de manter a troca, e propagá-la ao abastecer o armazém, tinha outra característica exata, ela se fazia presente onde havia uma certa precariedade econômica (BRAUDEL: 1996, p.59) pelo visto este é o caso da Fazenda Florestal.

Os produtos eram comprados pelo Sr. Alberico e distribuídos no armazém, os operários faziam a compra e efetuavam o pagamento imediatamente, ou caso não houvesse como pagar era descontado do salário, um sistema muito próximo do crédito moderno. Porém além de ser um Instrumento de Troca, o armazém também era um espaço de sociabilidade. Era ali que acontecia o compartilhamento de informações de tudo o que acontecia na vila, era ali que

5. Entrevista concedida por Guilherme Xavier de Miranda (79 anos), na residência da Família Pessoa em Curitiba-PR, a Lucas Kosinski em 12 de Dezembro de 2013. (Disponível no Museu Municipal de Irati-PR). Nascido na Fazenda Florestal em 03/01/1934, filho de Gilberto Xavier de Miranda que atuou no escritório contábil da empresa A. Miranda e Cia e Francisca Santos Miranda, responsável pelo armazém da Vila Operária. Guilherme Xavier de Miranda era irmão de Alberico Xavier de Miranda. Eles se mudaram para a Fazenda Florestal no começo da década de 1920.

os operários faziam as aquisições dos produtos que chegavam diretamente de São Paulo, roupas, fantasias carnavalescas, calçados e alimentos, era de acordo com o que havia disponível no armazém que os operários poderiam viver “Nos aniversários, se saia alguma festa a gente comprava tudo lá em casa, mas comprava do Miranda porque tava ali, e convidava quem quisesse ir festejar.” (ZITTEL: 2013)

Segundo o Sr. Leônidas na década de 30 e 40 a Serraria contava com cerca de 800 empregados, Guilherme Xavier de Miranda quantificou enquanto “umas sessenta setenta famílias”. O trabalho era dividido conforme a idade e o gênero (homens, mulheres e crianças) e ia da exploração da madeira que compreendia a serraria, da produção de papelação que compreendia a fábrica de pastas, e a produção de óleos que compreendia o plantio, a produção e a exploração de gumalac e tungue,⁶ além do armazém e da pensão e da oficina mecânica, onde o Sr. Leônidas desempenhava o ofício de torneiro. A exploração da madeira, ou seja, a atividade econômica primária exigia mais esforço físico e era serviço dos homens. Ela era efetuada através de locomóveis: “Tinha duas locomóveis para puxar tora, não parece mentira? A serraria dele era assim ele fazia a estrada de ferro no mato, passava o Florestal, passava o montanha e ia embora naqueles matos lá, ia para descarga (...) então a máquina puxava tora de lá e depois que terminava puxava de outro lado” (ZITTEL: 2013). A locomóvel funcionava através do uso do vapor:

A madeira a locomóvel movia o vapor, a locómovel era tocada a água e a fogo, você tinha que ter um fogo tão forte que precisava de uma tubulação, eu sei tudo porque eu trabalhei com tudo isso. Esse fogo era tão forte que dava nesses tudo cheio de água, esses tubos cheio de água vai fervendo e vai jogando em um vapor. E vai por encanamento e dai ele vai para uma parte da máquina, aquela hora em que a máquina faz assim check chek chek. Aquele é vapor que está tocando o braço, para virar a roda.E aquela roda vira um gerador e produz essa é a locomóvel” (ZITTEL: 2013).

Terminado este processo que consistia no corte da madeira e em seu transporte, é que ela passava para a classificação e quando necessária secagem na estufa, formando lâminas. O trabalho neste setor também era masculino, como por exemplo, do Sr. Carlos Zittel, pai de Leônidas. “Meu pai trabalhava pro Miranda já na classificação e depois ele fazia só a parte dele na estufa, quando precisava secar madeira não podia parar” (ZITTEL: 2013). Assim o trabalho masculino era considerado apenas em locais que exigiam mais esforço físico e operação de máquinas, como no corte, na transportadora das madeiras (locomóvel) no beneficiamento e por último a secagem na estufa. Não era necessário muito controle para se evitar conversas paralelas, ou

⁶ Tungue é o nome comum de duas espécies de árvores de pequeno porte da família Euphorbiaceae, *Aleurites fordii* Hemsl. e *A. montana* (Lour.) Wils. (com propostas para reclassificação como *Vernicia fordii* e *V. montana* segundo Ling et al.,1995).



qualquer outra forma em que se desperdiçasse o tempo, pois o próprio maquinário movido a vapor exigia concentração, mesmo assim o controle era exercido através da vigilância. Para isso havia uma distribuição de cargos “O Miranda tinha o escritório montado com gente competente (...) eram os gerentes, os guarda livros, o feitor era tudo assim.” (ZITTEL: 2013). Mesmo que o maquinário exigisse atenção, esta era redobrada através da fiscalização do feitor.

O trabalho das mulheres, assim como das crianças consistia em serviços manuais, onde não havia a presença do maquinário. Temos como exemplo a Sra Francisca Santos Miranda, que atendia o armazém local em torno de 12 horas por dia. Temos também o caso da Sra. Emília Otto Zittel, mãe do Sr. Leônidas Zittel que trabalhava na pensão “Minhã mãe tinha pensão, dava comida, tinha uns dez homens que comiam e viajam tinha a república que eles posavam. Minha mãe cuidava da comida e de cama e mesa (...) eles pagavam por mês para zelar daqueles quarto. Ela dava a comida para o pessoal que trabalhava na indústria e que precisava” (ZITTEL: 2013). Tratava-se de um espaço com cerca de 10 quartos, onde os operários que levavam a madeira até o porto de Paranaguá para ser vendida à Europa repousavam. Pagavam-lhe certa quantia em dinheiro que depois era enviada ao escritório do Sr. Alberico, ficando a Sra. Emília com a parte que cabia ao seu salário. O tempo em que trabalhava também não era definido, sua rotina dependia das viagens e também da quantidade de operários que iam até a pensão para almoçar.

O trabalho feminino também era utilizado na fábrica de pastas. O anseio do Sr. Alberico em aproveitar todas as formas de exploração do pinho, permitia esse trabalho. Na fábrica de pastas as mulheres cozinhavam a parte fina das lâminas que sobravam do processo de secagem da estufa, formando uma espécie de pasta. “Essa pasta recebia um tratamento que formava umas folhas. As mulheres pegavam aquelas folhas e ia tudo para o sol, daí enxugavam aquilo no sol, e dessa parte era feito o fardo que era levado para São Paulo para fazer o papel” (ZITTEL: 2013). Como já apontado anteriormente a ausência de fontes escritas, não nos permite descobrir quem eram estes homens e mulheres trabalhadores. O trabalho das crianças era empregado no transporte de nós de pinho, um trabalho manual, para produção de gumalac (verniz extraído do nó do pinheiro) e que também servia para o comércio:

As crianças trabalhavam, porque eu trabalhei, eu comecei a trabalhar bem cedo, uma coisa que eu fazia ajudava minha mãe na pensão, mas depois disso eu peguei um emprego para ajudar também (...) eu tinha uns doze anos, mas toda vida eu gostei de cavalo, daí o que aconteceu o Miranda ele pagava para mim eu carregava a carroça e jogava tudo para dentro do vagão, antes de aprender a profissão. (ZITTEL: 2013).

Outro emprego destinado para as mulheres e para as crianças era o plantio de tungue, do qual se aproveitava o benefício do óleo para exportação. “Daí vinha

muda do tung e vinha muda de capim, o Miranda mandou queimar tudo aquilo e mandou plantar tungue e capim em roda de cada muda. Ele pagava para as mulheres e crianças para plantar o tung e o capim” (ZITTEL: 2013). As crianças, diferentemente das mulheres que trabalhavam o dia todo, realizavam suas atividades durante meio período, geralmente à tarde, suas atividades consistiam no plantio, no carregamento de nós de pinhos, na direção de carroças, ou até mesmo auxiliando nos serviços domésticos, como é o caso do Sr. Leônidas Zittel, que ajudava a sua mãe na pensão. Pela manhã, as crianças tinham escola, quem lecionava eram as próprias sobrinhas do Sr. Alberico, Tereza e Mercedes, na escola aprendiam português, aritmética, geografia e caligrafia, o ensino era primário. “Na hora de dar tabuada primeiro era a professora que perguntava e se não soubesse a tabuada cada resposta era um bolo, um bolo com a régua. Tinha que dar a mão assim, e eu dava a mão assim ela pegava aqui na minha mãe e uma régua furada... para poder estudar.” (ZITTEL: 2013).

Trata-se este de um exemplo bem claro de como a escola na vila operária, tinha por objetivo preparar as crianças para o trabalho industrial, que opera na mesma dimensão, pois segundo Foucault a escola assim como a fábrica, indústria possuem o mesmo sistema de organização, um sistema que busca incluir os indivíduos a fim de que eles produzam e quando necessário, ou seja, quando não produzem torna-se válida aplicação da correção, a busca de uma normatização, através da vigilância exercida pelo professor. (FOUCAULT: 2002, p.114) Torna-se válida a aplicação do bolo, da régua furada na mão, pois era necessário preparar as crianças, para o trabalho, o trabalho na própria Fazenda Florestal, que operava na mesma dimensão escolar, inclusão, produção e quando necessária correção, e para aplicar tal correção, lá estava o papel “bem competente” usando os termos do Sr. Leônidas, de vigilância do feitor.

10.1. ENTRETENIMENTO NA FAZENDA FLORESTAL: O CLUBE, O CARNAVAL, A CAÇA E A CAPELA

“O que eu me lembro que tinha bastante, era carnaval!” (ZITTEL: 2013)

Segun Certeau, os mecanismos do poder, que regulamentam as vivências dos indivíduos e que buscam torná-los disciplinados, podem ser burlados através de certas práticas, ou táticas e estratégias que estes mesmos indivíduos criam na vida do cotidiano. (ANDRADE: 2005, p.3). Assim mesmo operando através de relações de poder, o cotidiano sempre que possível, pode ser reinventado. Tornam-se identificáveis na vila operária da Fazenda Florestal certas práticas que caracterizam como os operários, enquanto indivíduos recriavam o seu cotidiano, pois enquanto ação destes indivíduos estas “constituem mil práticas pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sócio cultural” (CERTEAU: 1994, p.41). São dessas práticas de

recriação do cotidiano que buscaremos dar visibilidade aqui, sendo a primeira delas, a criação de outro espaço de sociabilidade, de ordem global, trata-se do clube operário.

“Eles fizeram até uma casa que era o clube, que deu uma chuva e caiu o clube... ficou uma parte de tempo lá”. (MIRANDA: 2013) a ausência de memórias do Sr. Guilherme em relação ao clube, nos demonstra que ele não era tão participante deste espaço. Entretanto de acordo com os relatos do Sr. Leônidas o Clube possuía um papel significativo no cotidiano da vila. Era o clube o ponto de encontro dos operários no domingo. Era ali que se encontravam para conversar, compartilhar informações, dançar, namorar e festejar. Era o local que os operários refugiam-se da rotina, refugiam-se das máquinas a vapor, do carregamento das toras, dos fardos de papelão da fábrica de pastas, era ali que estabeleciam o entretenimento, e que por sinal era bastante variado “Quando não era futebol, era matinê dançante, dentro dali já tinha violão, cavaquinho, sanfona, tinha os cantores. Tinha bastante música que se eu começar a lembrar... [Risos]. Tinha valsa, samba, xotes, bolero. Tinha o clube o clube era o cinema.” (ZITTEL: 2013)

Era no clube que os operários tinham acesso ao cinema internacional, através de clássicos como o Tarzan. “Era uma casa que faziam cinema não era direto abria vinha um senhor que tinha uma máquina de cinema, ali passava, naquele tempo era manual.” (MIRANDA: 2013) Os operários além de possuírem os instrumentos musicais que permitiam a festança, também usavam para dançar o gramofone “E tinha outra coisa aos domingos também, desse tamanho a boca e ainda retorcido era tocado com a agulha o disco, dai quando estragava não tinha agulha, mas dai tocava com espinho! [Risos].” (ZITTEL: 2013). O clube embora construído pelos operários, não era apenas um espaço de sociabilidade operária, mas também da cultura da família, pois em festas como o Carnaval, era lá que o Sr. Alberico ia festejar com a sua família. Portanto era também o clube o ponto de encontro de culturas diferentes:

Fazia um bloco, dai era tirado todas as carteiras da aula, dai o clube que era um troço grande, tinha dois quartos, dois camarotes (...) um camarote lá e outro aqui. E no meio era o aparelho, e lá os empregados estavam tudo lá em baixo, e a família do Miranda ficava aqui e outra aqui, cada uma tinha o seu camarote. (...) tinha as partes dos que podiam mais e as partes dos que podiam menos. E dai meu pai com a minha mãe, eles tomavam conta de um bloco, é eles que tinham um bloco. Eles inventaram dentro da minha casa, esse eu me lembro bem. Combinaram tudo e fizeram papel de pessoas do mato, de caipira. E daí levaram tudo o que foi troço de caipira e eles ganharam, na hora da votação eles ganharam o prêmio, eu não me lembro mais o que, mas eles ganharam! [Risos]. (ZITTEL: 2013)

Tratava-se de um momento de confraternização importante tanto para os operários, quanto para a própria família, mas na perspectiva da família

enquanto “elite”, tratava-se da possibilidade de mesmo em um momento tão cômico em exercer o poder, pois de acordo com Da Matta, o carnaval pode ser compreendido enquanto uma “válvula de escape para as tensões do cotidiano, permitida, controlada e estimulada pelos grupos dominantes (...) um recurso utilizado pelo poder para manipular e reforçar a ordem vigente, capitalizando em proveito próprio os excessos nele manifestados” (SOIEHT: 1998 p.14). Nesta perspectiva, podemos inserir o carnaval na Vila Operária da Fazenda Florestal, embora se tratasse de um momento de recriação do cotidiano por parte dos operários, ali também se fazia presente a estrutura do poder, exercida pela família do Sr. Alberico, que segundo o Sr. Leônidas, ao aproveitar a festa, era quem classificava e premiava todos os bloco.

Os operários da Fazenda Florestal encontravam ainda, outras formas de se divertir, há de se convir que no Florestal de 1930 e 1940, embora houvesse iluminação elétrica, não existiam muitos meios de informação e entretenimento, o que levava os operários aos domingos a praticarem da caça. “De manhã cedo se chegasse cedo 7 horas da manhã, 8 horas da manhã, na frente da nossa casa era o ponto onde o pessoal se encontrava para a caçada. Porque era só mato, era sertão, dai chegava um com dois três cachorros (...) dai pegava a cachorrada a espingarda, tudo e ia tudo para o mato caçar.” (ZITTEL: 2013). Além das atividades do clube e da caça, na Fazenda Florestal até a década de 40 as práticas religiosas se estabeleciam seguindo o calendário litúrgico romano. Na ausência de uma capela durante a quaresma eram realizadas procissões:

Não tinha, igreja não tinha, antigamente não era como hoje, antigamente era diferente (...) religião tinha, mas o negócio era o seguinte, antigamente era assim fazia uma reza na casa de um daí saiam assim com um santo na frente, com cruz e daí saiam rezando na frente e no outro dia era na casa de outro, bem antigamente, mas isso eu peguei muito pouco, era uma procissão. (...) Mas parece que isso era feito mais na quaresma. (ZITTEL: 2013)

Embora houvesse a religião oficial, na prática ela se estabelecia de forma muito diferente da teoria, por exemplo, o casamento. “A maior parte não era casado, eles se juntavam (...) que tinha que legaliza tudo quando a fazenda vendeu tinha que legaliza toda a documentação sabe o que aconteceu, a gente pensava que o pessoal era casado e não era tudo amigado”. (ZITTEL: 2013) O que nos evidencia, que embora próximo do cristianismo, o catolicismo reinante na Fazenda Florestal era muito diferente das doutrinas estabelecidas pela Igreja Católica da época. A igreja enquanto templo material, enquanto capela só se torna perceptível no cotidiano operário na década de 1940.

Quando realizamos o levantamento documental, nossas fontes iconográficas permitem nos evidenciar que a capela da Fazenda Florestal, foi feita na década de 1940, embora não se saiba a data exata da construção. “A capela foi

depois, depois que fizeram a casa que fizeram a capela, eu fiz a primeira comunhão na capela, mais ou menos dez doze anos por ai”. (MIRANDA: 2013) Na capela também se casou a irmã de Guilherme, Mercedes Xavier de Miranda. “E aquela capela pertencia para Família do Miranda “O nome da Capela é Nossa Senhora da Conceição, e Conceição era o nome da Capela do Sr. Alberico”. (ZITTEL: 2013)

Era na capela que tanto os operários, quanto a família se reuniam para desempenhar suas práticas religiosas, suas crenças. Seguiam o calendário litúrgico, por exemplo, quando chegava às proximidades do natal se chamava algum padre de Irati e então rezavam a novena, não tendo mais a necessidade de se reunir na casa de outros operários “Chegava essa época do ano [dezembro] eles faziam novena, convidavam toda a redondeza (...). De vez em quando abriam a igreja (...) iam lá para rezar rezavam um terço, fechavam a igreja e cada um ia para casa (...) não tinha exceção.”. (MIRANDA: 2013) Visto que frequentada também pelos operários, a capela assim como o clube era o ponto de encontro de culturas diferentes, embora diferentes, ambas partilhavam de certas práticas em comum.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até a década de 1940, a indústria madeireira da Fazenda Florestal tinha tudo para se manter economicamente em alta. Desde a década de 30 o problema com os vagões estava acabado, o governo estadual paranaense investiu na construção de estradas que ligavam as demais colônias da região dos Campos Gerais até o porto de Paranaguá e Antonina, o que possibilitou a compra de caminhões que mantinham a exportação de forma mais rápida (WACHOWICZ: 1979). A Fazenda Florestal contava com dois Chevrolets modelo V8, um registrado em 1936 e outro em 1939. Analisando o livro de requerimentos da Prefeitura de Teixeira Soares da década de 1930 até o começo da década de 1940, percebe-se que havia um investimento do Poder Executivo na indústria madeireira A. Miranda e Cia que mensalmente recebia cerca de 1000 litros de gasolina, conforme telegrama enviado ao Escritório Industrial do Sr. Alberico em Junho de 1942. Este estímulo era uma forma de investir na indústria que conforme a própria documentação evidencia, era bastante próspera aos cofres públicos.

A prosperidade era resultante do período que ela representava, (1939-1944) ocorreu à segunda guerra mundial que assim como a Primeira Guerra Mundial forneceu novas possibilidades de exportação madeireira para o continente europeu. Contudo se por lado tratava-se de um momento próspero, por outro ele foi bastante breve. A primeira dificuldade identificada no Florestal era à ausência de gasolina, que afetou outras indústrias madeireiras do estado do Paraná. Assim como afirmam Jorge e Martins:

Durante a Segunda Guerra Mundial, surgiram problemas que afetaram diretamente o transporte rodoviário no Brasil, como a obtenção de novas unidades de caminhões através de importações e o racionamento de pneus e gasolina. Apesar das tentativas de adaptação dos veículos a outros combustíveis o transporte da madeira também ficou prejudicado com esse racionamento (JORGE, MARTINS: 2007, p.234).

Essa dificuldade é perceptível na Fazenda Florestal a partir de novembro de 1942, conforme ofício redigido ao Prefeito Municipal de Teixeira Soares pela firma A. Miranda e Cia.

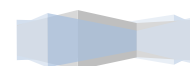
A. Miranda e Cia, infra assinada, estabelecidos como serraria e fábrica de pastas mecânica possuindo três (sic) caminhões para o serviço exclusivo de transporte da sua indústria, e sendo insuficiente a quota de 150 litros de gasolina a cada caminhão e vista da distância destes transportes, vem, respeitosamente requerer a V. Excias e digne mandar conceder a cota complementar de 250 litros para cada caminhão. (Cf. Ofícios recebidos pela Prefeitura Municipal de Teixeira Soares.25/11/1942: A.P.M.T.S.)

Mesmo enfrentando dificuldades surgiram novas possibilidades de permanecer com o transporte rodoviário sem recorrer ao atraso que o transporte férreo representava, passaram a investir nos caminhões à base de gasogênio. “Como que vinha eu não me lembro... a gasolina no tempo da guerra vinha em caixa com duas latas (...) porque faltou gasolina daí foi para o gasogênio (...) eles viajavam e tinha que levar lenha para poder fazer fogo”. (ZITTEL: 2013) Contudo a adaptação não equivalia ao combustível que era a gasolina, frágil e necessitando de mais de obra que anteriormente esta prática tratava-se mais de um retrocesso do que uma adaptação, pois além de frágil exigia mais mão de obra e não possuía a mesma competência e agilidade que os caminhões movidos à base da gasolina.

De 1933 até 1943 percebem-se inúmeras solicitações da Fazenda Florestal à Prefeitura de Teixeira Soares, principalmente de quotas de gasolina, entretanto após 1943 as solicitações cessam, permanecem apenas alguns pedidos de baixas de impostos até 1946. O fato era que a indústria madeireira da Fazenda Florestal entrava em declínio, esgotada a reserva de madeira, e como não podia deixar de ser, sem o reflorestamento, a indústria permaneceu ativa até 1948. (ORREDA: 2008. P.48).

Logo em 1949 uma parte da Fazenda foi vendida para o governo do Estado do Paraná⁷, a parte que compreendia a Vila Operária ficou destinada para a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná com 450 alqueires de terra. O restante da propriedade que originalmente contava com aproximadamente 1.200 alqueires ficou destinado à proteção ambiental de propriedade do

7. Escritura de Compra e Venda de Terras Lavrada no Cartório Jayme Cezar Fritsh. Curitiba 1967: Acervo: MMI.



Instituto Nacional do Pinho através da venda de 386 alqueires de terra em 1946⁸. Alteraram-se certas práticas, contudo tanto na Secretaria de Agricultura quanto na Floresta Nacional do Pinho, foram criadas vilas operárias para os trabalhadores em geral, agora não mais por parte da iniciativa privada, mas sim por parte da iniciativa pública do Governo do Estado do Paraná.

Com o término deste trabalho, pudemos compreender como operava a cultura de uma Vila Operária, fruto do ciclo econômico da madeira do Paraná, resultante de uma relação entre a Iniciativa Pública e a Iniciativa Privada. Foi possível identificar as práticas culturais provindas de dois círculos diferentes, da elite e do operariado. Considerando que existem momentos em que estas duas culturas se encontravam através de práticas em comum, embora com percepções diferentes. Contudo enquanto característica principal havia por parte da elite proprietária da serraria, uma imposição de práticas que visavam à produção operária e para isso tornava-se indispensável à vigilância. Por parte do operariado, fica evidente que a sua cultura era regida por relações de poder, mas estas relações eram burladas através de certas práticas, que reinventavam o cotidiano que estavam inseridos. Esta configuração permaneceu por cerca de 28 anos, fundamentada pela exploração da madeira, quando a produção entrou em declínio, há uma readaptação no que se refere ao local, cria-se por parte do Estado do Paraná, duas Vilas Operárias e a estratégia de aproximar o trabalhador do seu trabalho permaneceu a mesma.

12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

A pattern Book for Syracuse Neighborhoods city of Siracuse. Department Architecture: State University New York. 2005.

ANDRADE, J. T. REFLEXÕES HISTORIOGRÁFICAS ACERCA DO COTIDIANO. In: XX Ciclos de Estudos Históricos - A Escola das Annales e a Produção do Conhecimento Histórico: heranças, tendências e novas perspectivas. 2009, Ilhéus. XX Ciclos de Estudos Históricos - Anais Eletrônicos. Ilhéus: Editora da Faculdade - UESC, 2009.

BENEVOLO, L. **História da Cidade.** 3. ed. Reimpressão. São Paulo: Editorial Perspectiva, 2003.

BRAUDEL, F. **Civilização Material, economia e capitalismo (3vol).** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BRYSON, B. Em casa. **Uma breve história da vida doméstica.** São Paulo: Cia das Letras, 2011.

CARDOSO, C, F, VAINFAS, R. **Novos Domínios da História.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARVALHO, J, M. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo. Companhia das letras, 2002.

CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano.** Petrópolis: Vozes, 1994.

COSTA, A, SCHWARCZ, L, M. **Esses Homens Incríveis e suas Máquinas Maravilhosas.** In: **No Tempo das Certezas 1890-1914.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CRUZETTA, F, C. **Rememorações da Cidade de Curitiba, Visões do Progresso nas décadas iniciais do século XX.** Tese (Graduação em História) UFPR, 2010.

8. Relatório realizado pela equipe técnica do FLONA em 1950. Acervo: CEDOC/I.

FERREIRA, M, M. **História, tempo presente e história oral**. Rio de Janeiro: Topoi. 2002. pp.314-322.

FOUCAULT, M. **A Verdade e as formas jurídicas**. São Paulo: Ed Loyola; 1996.

GOMBRICH, E, H. **A Historia da Arte. Tradutor: Álvaro Cabral**. 15. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

JORGE, W, R. MARTINS, V, **Homens e Máquinas nas Florestas com Araucárias 1900-1930**. In. SOCHODOLAK, Hélio e CAMPIGOTO, José Adilçom (orgs) **Estudos em historia cultural na região sul do Paraná**. Guarapuava: UNICENTRO, 2009.

LUZ, N, V. **A Luta pela Industrialização do Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1978.

MALUF, M, MOTT, L, SHAPOCHINICK, N, **Cartões Postais, Albuns de Família e Ícones da Intimidade**. In: SEVCENKO, Nicolau (org.) **História da Vida Privada no Brasil Da Belle Epoque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MARCHINSKI, Ana Silvia. **Igreja Imaculada Conceicao: patrimonio historico e cultural de Teixeira Soares**. Tese (Graduação em História) UNICENTRO, 2005.

MARTINS, P, C, G. **Habitação e Vizinhança**. In: SEVCENKO, Nicolau (org.) **História da Vida Privada no Brasil Da Belle Epoque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MEZZADRI, H. **Madeiras Horizontais**. In: Primitivismo e Inovação na arquitetura do cone sul latino americano 1930/1970. Anais eletrônicos, UFRGS, 2010.

MILANO, K, D. **Habitações Operárias: Evolução das Imagens de Representação**. Urbana - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade, v. 3, p. 1-22, 2011.

MIRANDA, Xavier, Guilherme. (79 anos). **Entrevista concedida a Lucas Kosinski em 12 de Dezembro de 2013**. Curitiba-PR. (disponível no Museu Municipal de Irati-PR).

OLIVEIRA, R. **O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1996.

ORREDA, M, J. **Revista do Centenário Nº8**. Irati: O Debate, 2008.

POLINARI, M. **Florestal: A Cidade-Fábrica dos Pinheirais**. Secretaria de Estado da Cultura do Paraná. 1990.

SANTOS, R, H, V. **Vilas Operárias como Patrimônio Industrial. Como Preservá-las?** (Apresentação de Trabalho / Comunicação) São Paulo: FIAM-FAAM, 2012.

SEVCENKO, N. **O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso**. In: SEVCENKO, Nicolau (org.) **História da Vida Privada no Brasil Da Belle Epoque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SHÖRNER, A, BOIANO, M. **A vida na Vila: As relações de Trabalho em um contexto paternalista: O caso da madeireira Gomes (Irati/PR) 1960-1980**. Tese (Graduação em História). UNICENTRO, 2011.

SOIEHT, R. **Reflexões sobre o carnaval na historiografia - algumas abordagens**. Tempo número 7. 1998

STANCHI, R, P. **Modernidade, mas nem tanto, o Caso da Vila Operária da Fábrica Confiança, Rio de Janeiro, séculos XIX e XX**. Tese (Mestrado em Arqueologia). UFRJ, 2008

TELEGINSKI, N, M. **Bodegas e bodegueiros em Irati-Pr na primeira metade do século XX**. Tese (Mestrado em História). Curitiba, UFPR, 2012.

WACHOWICZ, R. **História do Paraná**. 4 ed. Curitiba: Gráfica Editora Paraná, 1977.

ZITTEL, Leônidas. (83 anos). **Entrevistas concedidas a Lucas Kosinski em 05 de Setembro de 2013 e 13 de Setembro de 2013**. Irati-PR. (disponíveis no Museu Municipal de Irati-PR).

